

Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre os desafios da preservação do patrimônio escolar no Brasil. Analisa, primeiramente, seu lugar no campo mais amplo do patrimônio cultural. Em seguida, aponta questões em torno do tema em debates na área da educação e examina os sentidos decorrentes da escola convertida em “lugar de memória”. O texto postula a imprescindibilidade de sua inserção no debate público, político e especializado no campo da preservação como condição para o desenvolvimento do patrimônio educativo no País.

Palavras-chave: Patrimônio educativo. Cultura material escolar. Patrimônio escolar. Preservação. Memória da educação.

Rosa Fátima de Souza

Doutorado em Educação pela
Universidade de São Paulo – USP.
Professora adjunta do
Departamento de Ciências da
Educação da Faculdade de Ciências
e Letras da Unesp de Araraquara e
Professora do Programa de Pós-
Graduação em Educação Escolar da
Unesp de Marília.
rosasouzachaloba@gmail.com

Para citar este artigo:

SOUZA, Rosa Fátima de. *Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate*. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199 – 221.

DOI: 10.5965/1984723814262013199

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723814262013199>

The conservation of the school heritage in Brazil: notes for debate

Abstract

This article comprises of a reflection on the challenges of the school heritage conservation in Brazil. First, it analyses the place for school heritage in a much more ample field of cultural heritage. Then, it points out problematic questions assumed in the debate on heritage in the education area and examines the consequent sense of the school converted in “place of memory”. The text defends the indispensability of the insertion of the school heritage in the public, political and specialized debate in the field of conservation as a condition for the development of education heritage in the country.

Keywords: Educative heritage. School culture material. School heritage. Conservation. Memory of Education.

Introdução

Nunca se colecionou tanto, nunca se arquivou tanto, nunca tantos grupos se inquietaram tanto com os temas referentes a memória, patrimônio e museus. Paradoxalmente, os gestos de guardar, colecionar, organizar, lembrar ou invocar antigas tradições vêm convivendo com a era do descartável, da informação sempre nova, do culto ao ideal de juventude.”

Regina Abreu e Mário Chagas

No dia 11 de novembro de 2010, o Diário Oficial do estado de São Paulo publicou uma resolução da Secretaria da Cultura referente ao tombamento de um conjunto de 126 escolas construídas pelo governo no período de 1890 a 1930.¹ Este conjunto arquitetônico, do qual sete edifícios foram projetados pelo reconhecido arquiteto Ramos de Azevedo, abrigou as primeiras escolas normais de São Paulo e grande parte dos primeiros grupos escolares instalados na capital e no interior do estado. O tombamento foi autorizado com base nos estudos efetuados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo (Condephaat) e foi justificado tendo em vista “o significado cultural, histórico e arquitetônico, aliado ao caráter inovador e modelar” expressos por esse conjunto de edificações escolares públicas” (SÃO PAULO, 2010).

O tombamento das 126 escolas é emblemático em vários sentidos e enseja uma reflexão sobre a preservação do patrimônio escolar e sobre a memória da educação no Brasil. Por um lado, exemplifica como a ação do poder público é necessária e pode ser inovadora e eficiente nesse campo no âmbito educativo. Por outro lado, possibilita interrogar a noção de excepcionalidade pressuposta nas ações de preservação do patrimônio artístico, histórico e cultural no Brasil, observando que o cuidado com outros domínios do patrimônio escolar é tão importante quanto a preservação dos edifícios.

No que diz respeito à memória, a arquitetura republicana é simbólica, pois invoca as grandes realizações do Estado no âmbito da instrução pública.²

Esta memória, instituída e projetada na arquitetura das primeiras escolas normais e grupos escolares do estado de São Paulo, impõe-se no presente como um alerta e um brado de denúncia. Ela faz lembrar dados e episódios menos glamorosos da escola republicana no País, como a insistente relação entre escola e desigualdades sociais, exclusão das crianças das camadas populares, alta seletividade do ensino e diferenciação

¹Cf. Resolução SC-60, de 21 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial de 11 de novembro de 2010, Poder Executivo, Seção 1, p. 112, disponível em:

http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx#01/07/2012 Acesso em: 3 jun. 2012.

²Tombamento significa instrumento de proteção jurídica do patrimônio cultural. Ato administrativo de preservação. Segundo Hely Lopes Meireles, “O tombamento é ato administrativo que preserva o bem de modificação e destruição, mas não veda sua normal utilização pelo proprietário, nem lhe retira o domínio e a posse” (apud COSTA, 2011, p. 57). O tombamento é adequado apenas para os bens materiais. Protege do dano, da mutilação e da descaracterização.

entre tipos de escolas e grupos sociais atendidos. Não resta dúvida sobre a disputa pela memória posta em questão. Neste caso, a religação com o passado aviva o sintoma agudo e permanente de crise, de esgarçamento e de esvanecimento do valor social e cultural da escola na sociedade contemporânea.³

No que tange propriamente à discussão sobre patrimônio, à semelhança da noção de excepcionalidade que informou durante décadas a concepção de patrimônio artístico, histórico e cultural no Brasil, o exemplo do tombamento das 126 escolas públicas paulistas circunscreve-se aos edifícios e não a outros domínios do patrimônio.

É nesta direção que proponho analisar, na sequência, três aspectos que considero importantes: em primeiro lugar, a inserção do patrimônio escolar no campo mais amplo do patrimônio cultural; em segundo lugar, as questões problemáticas pressupostas no debate sobre o tema no campo da educação; e, por último, os sentidos decorrentes da escola convertida em “lugar de memória”.⁴

I – Patrimônio cultural e patrimônio escolar

Temos assistido, nas duas últimas décadas, no Brasil, a uma ampliação significativa da concepção de patrimônio cultural em sintonia com as tendências internacionais.⁵ Como é sobejamente conhecido, o conceito de patrimônio nacional irrompeu durante a Revolução Francesa, e se consolidou no século XIX na Europa, vinculado à ideia de nação e com a finalidade de construção de uma identidade comum a um povo ligado a um território. Dessa maneira, as práticas de preservação estiveram associadas à noção de autenticidade, excepcionalidade e permanência, incidindo sobre a preservação de obras de arte e bens históricos e simbólicos. Apesar da conotação nacional, a noção de patrimônio histórico e artístico pressupôs o que de melhor a humanidade havia produzido. Daí, registra Regina Abreu (2003), a tensão, durante todo o século XIX e o

³ Sobre as políticas da memória, ver Pollack (1989).

⁴ Este texto foi apresentado na mesa-redonda sobre Patrimônios Escolares, no IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, dedicado ao tema Rituais, Espaços e Patrimônios Escolares realizado em Lisboa em julho de 2012.

⁵ Para uma análise detalhada sobre a trajetória do debate sobre preservação no Brasil e nas cartas patrimoniais em âmbito internacional, ver Pelegrini, 2006.

século XX, no campo do patrimônio, entre uma vertente particularista – nacionalista – e uma vertente universalista.

No Brasil, data de 1937 a primeira lei de proteção do patrimônio cultural do País, conhecida como Lei do Tombamento (Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937). Na época, o poeta modernista Mário de Andrade, convidado pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema para elaborar o anteprojeto da lei do patrimônio, desenvolveu uma concepção avançada para seu tempo, propondo a proteção da “arte arqueológica” e da “arte ameríndia”, compreendendo artefatos colecionáveis, paisagens e folclore, dimensões, portanto, que abrangiam o patrimônio e, igualmente, a cultura popular (CHAGAS, 2003; SANT’ANNA, 2003).

O projeto marioandradino foi rejeitado. Em seu lugar, a primeira lei nacional de proteção do patrimônio deu ênfase à noção de tombamento de bens materiais de valor histórico e artístico. Conseqüentemente, as práticas preservacionistas no País buscaram privilegiar marcos da arquitetura nacional. Sandra Pelegrini, de forma muito pertinente, observa que as ações iniciais de preservação “promoveram a seleção de edifícios do período colonial em estilo barroco e palácios governamentais - em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos –, escolhas justificadas pelos vínculos manifestos à história da nação” (2006, p. 72).

Ao longo do século XX, as políticas de preservação no Brasil continuaram privilegiando o chamado patrimônio de *pedra e cal*. Este quadro começou a se alterar somente no final dos anos 70, quando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) passou a defender novas concepções de patrimônio, abrangendo o saber popular e as identidades coletivas, tendo em vista a diversidade cultural, étnica e religiosa do País.

Em 1988, a Constituição Federal brasileira instituiu os direitos culturais e alargou a definição de patrimônio, vindo a compreender também os bens materiais e imateriais. Posteriormente, no ano 2000 (Decreto nº 3.551, de 4 de agosto), foi regulamentada a preservação do patrimônio intangível com a instituição do Registro de Bens Culturais de natureza imaterial e a criação de um programa específico com a finalidade de

implementar uma política pública de identificação, inventário e valorização desse patrimônio (SANT'ANNA, 2003, p. 53).⁶

A nova configuração do campo do patrimônio no Brasil, redesenhada nas duas últimas décadas, abrange uma multiplicidade de dimensões como o patrimônio tangível e intangível, o natural⁷ e o genético⁸.

Os grandes temas em debate nesse campo atualmente são as tensões entre o particular e o universal, o público e o privado, os desafios postos pelo patrimônio imaterial, a necessidade de uma política nacional de acervos digitais para a democratização da informação, o papel da educação patrimonial, a garantia de efetividade das políticas de preservação e a banalização do patrimônio histórico pela conversão de seu valor de uso em valor econômico e as consequências de sua exploração pelo turismo e pela indústria cultural, indiferente ao desenvolvimento sustentável.

Inserir o patrimônio escolar nesse debate público, político e especializado no campo da preservação, estabelecendo diálogos e reconhecendo aproximações, é um desafio a ser enfrentado e uma necessidade urgente.

Em realidade, a discussão, relativamente recente no Brasil, tem-se constituído como um tema emergente na história da educação em decorrência da renovação no campo, ocorrida nas últimas décadas. O tema do patrimônio tem mobilizado o interesse de inúmeros investigadores e resultado em uma multiplicidade de práticas de conservação, inventário e estudo da cultura material.

⁶ Pela regulamentação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, os bens selecionados para registro serão inscritos nos seguintes livros: *Livro de registro dos saberes* (para o registro de conhecimentos e modos de fazer); *Livro das celebrações* (para as festas, os rituais e os folguedos); *Livro das formas de expressão* (para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); *Livro dos lugares* (destinado à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas). Para uma discussão detalhada sobre essa regulamentação, ver: Abreu e Chagas (2003); Soares (2009); Costa (2011).

⁷ De acordo com Zanirato e Ribeiro (2006, p. 256), o patrimônio natural pode ser definido “como uma área natural apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Nesse caso, a sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possam analisar as consequências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica do planeta.”

⁸ De acordo com Abreu (2003, p. 37), o patrimônio genético refere-se à proteção da diversidade biológica do País. Esta área é extremamente ampla, relacionando-se com o desenvolvimento da Medicina e da Biologia, e até mesmo com os processos de clonagem e projetos do genoma.

Vale a pena notar que os estudos sobre cultura escolar na busca incansável por vestígios das práticas foram significativamente importantes no direcionamento dos pesquisadores para a consulta aos arquivos escolares, quase sempre encontrados em estado lamentável de organização e conservação.

Amontoados em porões, debaixo de escadas, em salas apertadas, distribuídos ao acaso em armários e caixas, descuidados e sem interesse, documentos, quase sempre administrativos, além de coleções de instrumentos científicos, livros didáticos, móveis antigos, troféus, medalhas, entre outros objetos, sobrevivem a intempéries, goteiras, condições de insalubridade, falta de identificação, organização e armazenamento adequado na maioria das escolas.⁹ Os relatos dos investigadores são abundantes e se multiplicam em relação a diversas localidades e regiões do País.

Surpreendidos pela riqueza da documentação em risco, vários projetos foram realizados e se encontram em andamento visando à reunião, identificação, organização, preservação e estudo de arquivos escolares.

Na mesma direção, estudos sobre cultura material escolar têm posto em discussão os sentidos da relação entre objetos, sujeitos e rotinas escolares, descortinando dimensões pouco exploradas do universo escolar, salientando como o olhar para as coisas comuns pode ser relevante para o conhecimento e a interpretação histórica da educação. O trato com a materialidade da escola tem reivindicado a atenção cuidadosa para o valor histórico e cultural desse patrimônio.

De certa forma, pode-se dizer que foi a prática da pesquisa que lançou os historiadores da educação rumo aos problemas do patrimônio e do interesse pelos “lugares de memória”, na feliz expressão de Pierre Nora. Mas essa, sem dúvida, não foi a única via desse encontro promissor. O impulso para colecionar e preservar, como indicamos na epígrafe, faz parte de um sentimento mais amplo que tem perpassado as

⁹Segundo Emery Marques Gusmão (2005), foi na década de 60 e 70 que o Ministério da Educação e Cultura autorizou a eliminação de parte dos papéis acumulados nas escolas adotando uma política de descarte. A Portaria nº200, de 1962, determinou a guarda dos registros que comprovavam apenas a vida funcional dos professores e demais funcionários das escolas e os registros de desempenho dos alunos.

sociedades contemporâneas, impelindo a práticas compulsivas de memória e preservação.

Torna-se, assim, indispensável traçar a trajetória do tema. Embora inadiável, a tarefa demanda um levantamento minucioso dos projetos em andamento em diversas regiões, empreendidos não apenas pelas instituições de ensino superior, mas também pelas secretarias estaduais e municipais de Educação e, em alguns casos, pela sensibilidade histórica e preservacionista de diretores, funcionários e professores das próprias escolas. Desde o século XIX, é possível assinalar experiências de preservação do patrimônio educativo no Brasil, como o *Pedagogium*, museu pedagógico que funcionou na cidade do Rio de Janeiro de 1890 a 1919. O que aqui pretendemos apresentar, porém, são as experiências atuais em andamento, com base em um levantamento bastante preliminar, circunscrito às experiências relatadas em eventos específicos e constantes na base de dados dos grupos de pesquisa da plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Neste sentido, quatro âmbitos de atuação são reveladores da importância da questão do patrimônio no campo educacional: a criação de museus e centros de documentação e memória, a realização de encontros científicos, as iniciativas de grupos de pesquisas de preservação da cultura material em instituições escolares e publicações relacionadas ao tema.

Nos anos 90, tivemos a iniciativa pioneira da criação do Museu da Escola de Minas Gerais (inaugurado em 1994); em 2004, iniciou-se a articulação do projeto interdisciplinar do Museu da Escola do Rio Grande do Norte¹⁰ e, em 2005, a inauguração do Museu da Escola Catarinense.

Alguns centros de documentação se têm destacado como referência na preservação da memória e na produção de investigações históricas em educação, a maioria deles vinculados a universidades. Por exemplo, no estado da Bahia, o Centro de Estudos e Documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana; no estado do Rio

¹⁰Araujo et al., 2005, resumo de trabalho apresentado no I Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares. <http://www.usp.br/niephe/arquivos/EncontroArq1.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2012.

de Janeiro, o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – Proedes –, da Faculdade de Educação da URJ, o Centro de Documentação e Memória da Educação Fluminense do Conselho de Educação, o Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos/RJ, o Centro de Memória da Educação Militar da Universidade da Força Aérea Brasileira; no estado de Minas Gerais, o Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais; no estado de São Paulo, o Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, o Memorial da Educação do Centro de Referência em Educação “Mário Covas” da Secretaria de Estado da Educação, o Centro de Referência para Pesquisa Histórica em Educação da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara, o Centro de Memória da Educação da Universidade Estadual de Campinas, o Centro de Documentação do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil – Ghemat –, o Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação (Liame), da Universidade Católica de Santos, o site do projeto História da Educação e da Infância da Fundação Carlos Chagas; em Santa Catarina, o Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina, entre outros.

Estes exemplos não esgotam, evidentemente, os inúmeros acervos documentais para a história da educação constituídos por grupos consolidados de pesquisa nas instituições de ensino superior, vários deles mantendo inclusive a disponibilização virtual.¹¹

A realização de alguns eventos científicos específicos têm possibilitado a troca de experiências e a articulação de iniciativas dispersas. Em ordem cronológica, em 2005 foi realizado o I Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, promovido pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação – Niephe –, na Faculdade

¹¹A este respeito, podem ser destacados os seguintes acervos: Centro de Documentação em História da Educação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia; o Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS e o banco de dados do Grupo de Pesquisa em História da Educação - GEM –, da Universidade Federal do Mato Grosso. Sobre estas experiências, cf. caderno de resumos do I Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, no site: <http://www.usp.br/niephe/arquivos/EncontroArq1.pdf>. Nos acervos virtuais, têm-se os seguintes sites: a página na Web do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/>, a página do Projeto Temático História da Escola Primária no Brasil: <http://www.fclar.unesp.br/#3166,3166>.

de Educação da Universidade de São Paulo. Em 2008, foi realizado, em Curitiba, o II Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, promovido pela Linha de Pesquisa de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná e pelo Centro de Documentação e Pesquisa em História da Educação – CDPHE - dessa universidade. Recentemente, em maio deste ano, foi realizado em Campinas o Simpósio Ibero-Americano de História, Educação, Patrimônio Educativo, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania – Civilis - , na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.¹²

Ainda no âmbito da articulação científico-acadêmica, vários pesquisadores brasileiros integram a Rede Ibero-Americana para a Difusão do Patrimônio Histórico-Educativo e, em 2009, no Rio de Janeiro, durante a realização do IX Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana, um coletivo de investigadores discutiu o documento intitulado “Proposta Inicial de Grandes Linhas de Discussão para a IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação sobre Patrimônio Histórico Educativo”, sistematizado por Maria Teresa Santos Cunha e Vera Lúcia Gaspar Silva, a partir das contribuições de inúmeros investigadores (PROPOSTA INICIAL..., 2009).

Cabe assinalar a divulgação por meio de mídias eletrônicas, entre os gestos de preservação de fontes de pesquisa, a Coleção Documentos da Educação Brasileira, trabalho pioneiro da Sociedade Brasileira de História da Educação.¹³

Também vale a pena destacar os inúmeros esforços levados a termo por pesquisadores e grupos de pesquisa com vistas à organização, recuperação, estudo e conservação de fontes, arquivos, bibliotecas e coleções de instrumentos científicos.¹⁴

¹² Aqui estão sendo considerados apenas os eventos promovidos pela área da educação. Entre os eventos promovidos por outras áreas sobre a temática, ver: II Encontro de Arquivos Escolares e Educação Patrimonial, realizado em João Pessoa em novembro de 2010, promovido pelos Cursos de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba e Universidade Estadual da Paraíba e pelo Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade (GEAAS/UEPB): <http://arquivologia2007-1uepb.blogspot.com.br/2010/09/ii-encontro-de-arquivos-escolares-html>. Acesso em: 2 jul. 2012.

¹³ Tambara; Arraiada (2004); Miguel; Martin (2004); Pinheiro; Cury (2004), Araújo; Gurgel (2004). Além desse material, destaco os seguintes DVDs de fontes: Os Exames de Admissão ao Ginásio, 2001; Souza (2011).

¹⁴ Dentre tantos trabalhos acadêmicos que abordam a preservação de coleções de instrumentos científicos escolares, podem ser destacados os seguintes: Zancul (2010); Sánchez; Lorente; Belmar (2010); Meloni

Entre tantos exemplos possíveis no País, pode-se mencionar a organização do arquivo do Atheneu Sergipense, por Eva Maria Siqueira Alves, a organização e digitalização do acervo da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, coordenado por Eurize Pessanha.

No estado de São Paulo, são muitas as atividades já realizadas, ou em curso; por exemplo, o projeto de organização dos acervos das escolas técnicas estaduais do estado de São Paulo, coordenado por Carmem Sylvania Vidigal Moraes; entre outros projetos desenvolvidos pelo Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo, os projetos, coordenados por Maria Cristina Menezes, de Preservação do Patrimônio Histórico Institucional da Escola Estadual Carlos Gomes, Escola Estadual Culto às Ciências e dos primeiros grupos escolares de Campinas, o projeto de recuperação, conservação e organização do acervo documental e bibliográfico da Escola Estadual Álvaro Guião, de São Carlos, coordenado por Alessandra Arce, e o projeto de pesquisa e extensão de salvaguarda do arquivo permanente, da coleção de instrumentos científicos e do acervo de troféus da Escola Estadual Bento de Abreu, de Araraquara, coordenado pelas professoras Vera Teresa Valdemarin, Rosa Fátima de Souza e Maria Cristina Zancul.

Neste quadro de iniciativas realizadas no estado de São Paulo, cabe mencionar ainda o Guia de Arquivos das Escolas Públicas Paulistas, criadas e instaladas entre 1890 e 1950, elaborado por Iomar Zaia, fruto de um projeto vinculado ao Centro de Memória da Educação da USP.¹⁵

Seria possível, assim, multiplicar os exemplos que, é claro, não se limitam ao estado de São Paulo, mas incidem sobre a preservação da materialidade da escola.

Em relação às publicações, é consideravelmente extenso o rol de artigos publicados em periódicos nacionais sobre cultura material, arquivos e fontes para a história da educação.¹⁶

(2010, 2012).

¹⁵Zaia, 2010.

¹⁶ Como exemplos de estudos sobre cultura material escolar, ver, entre outros: Rosa F. Souza (2004, 2007); Souza e Fiscarelli (2007); Menezes (2005, 2011); Vidal e Zaia (2011); Silva (2011a, 2011b); Castro e Silva (2011); Gizele Souza (2006, 2007); Razzini (2008); Saavedra e Menezes (2011).

Para uma breve menção apenas dos livros, vale ressaltar dois inventários significativos: Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais, organizado por Carmem Sylvia Vidigal e Júlia Falivene Alves e o Inventário Histórico Documental Escola Normal de Campinas (1903 – 1976), coordenado por Maria Cristina Menezes. Outro livro importante sobre o tema foi publicado em 2000, intitulado Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação, coletânea organizada por Luciano Mendes de Faria Filho e dois livros, tratando especificamente da cultura material escolar, publicados recentemente: o primeiro, intitulado Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925, organizado por Cesar Augusto Castro e, o segundo, intitulado Objetos da Escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX), organizado por Vera Lúcia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry.

A multiplicidade de iniciativas aqui apontadas constitui tão somente um mosaico preliminar de recorte marcadamente regional, mas suficiente para atestar a consolidação da temática no País. As atividades de preservação têm-se espalhado por todo o território brasileiro e o reconhecimento delas é condição fundamental para envidar esforços colaborativos e coletivos. Mas disso convém reter ao menos o seguinte: é preciso avançar no que diz respeito ao debate político acerca da preservação desse patrimônio e, ainda de não menor importância, avançar na reflexão que se pergunta qual o sentido dessas práticas de salvaguarda do patrimônio escolar, quem se beneficia dessas iniciativas e qual é o papel dos historiadores da educação.

II - Uma agenda para o debate sobre o patrimônio escolar no Brasil

Há vários problemas a serem considerados na consolidação da temática do patrimônio escolar no Brasil.

O primeiro deles é de ordem conceitual: a que estamos nos referindo com o termo patrimônio escolar? Qual o alcance desse termo para as necessidades de preservação do patrimônio no campo da educação?

O adjetivo escolar é restritivo e implica a exclusão de processos, práticas e materialidades educativas para além das escolas. O uso do termo no plural – patrimônios escolares - chama a atenção para os bens materiais e imateriais, não somente para o tombamento dos edifícios, mas para a necessidade de proteção do acervo documental, museológico e bibliográfico e, por que não, dos modos de fazer e praticar o ensino. Mas, ainda assim, o foco é a escola.

O uso, neste artigo, da expressão no singular acompanha, portanto, as tendências consolidadas no campo do patrimônio cultural, cuja ampliação conceitual, mencionada anteriormente, importa considerar necessariamente a diversidade dos bens tangíveis e intangíveis.

Outros termos têm sido utilizados no campo da preservação educacional, como patrimônio histórico-educativo e patrimônio educativo, especialmente em língua espanhola. Não seria melhor se nos reportássemos ao termo *patrimônio histórico escolar*? A questão não é simplesmente semântica, mas diz respeito à concepção do que seja o patrimônio relativo à educação e às práticas de conservação.

Outra questão importante para o debate diz respeito à seleção dos bens educacionais a serem preservados. Como observam Miguel Somoza e Cristina Yanes (2009), o que preservar, como, para que e para quem são questões fundamentais e devem nortear as reflexões sobre o tema e também as iniciativas voltadas à proteção.

A noção de patrimônio pressupõe a guarda de algo herdado, cujo valor social demanda salvaguardá-lo do risco da ruína e do desaparecimento.¹⁷ Dessa maneira, não podemos nos furtar a uma discussão aprofundada sobre o que deve ser preservado e a quem compete fazê-lo.

Qual deve ser o critério de escolha: as escolas mais antigas? Aquelas consideradas de valor histórico por sua representatividade? Mas quem define a representatividade e o valor histórico?

¹⁷ A esse respeito, ver também Gonçalves, 2003 e Rodrigues, 2006.

O que deve ser preservado também está em jogo - se edificações, documentos em risco, objetos e mobiliários antigos, ou livros e manuais didáticos. Da mesma maneira, é importante ter em vista a delimitação cronológica do passado a preservar. Neste caso, impõe-se novamente o critério de antiguidade e representatividade. Nessa linha de problematização, é imperioso questionar o que mais convém: criar instituições específicas de guarda do patrimônio escolar ou demandar políticas públicas para que cada escola tenha condições de preservar seu próprio patrimônio? Esta segunda opção, mais consensual entre os historiadores da educação e, aparentemente, mais coerente com o zelo e o respeito pelas instituições escolares, dissolve a noção sempre seletiva da noção de patrimônio como bens que, por seu valor, entre os demais de mesma natureza, merecem ser preservados. Esta posição corre o risco de converter todas as escolas em espaços de memória, conduta patrimonial não isenta de questionamento.

Como lidar com os princípios da excepcionalidade e da exemplaridade quando as escolas são instituições vivas, com histórias inscritas na identidade dos grupos sociais, sejam elas escolas dos bairros populares, de comunidades rurais ou emblemáticas, cujas histórias transcendem os limites locais?

Boa parte das escolas brasileiras data do final do século XX, período de expansão sem precedentes da educação infantil e do ensino fundamental e médio. Esta configuração da rede escolar deve estar presente no horizonte das propostas políticas de preservação.

É preciso reconhecer que uma das principais justificativas para a preservação do patrimônio cultural é a sua relevância para a construção da identidade dos sujeitos e de suas relações com o tempo e o espaço e para a construção da memória. As justificativas para se preservar o patrimônio escolar tendem a reiterar a importância da conservação da memória da escola, remetendo a seus vínculos com a formação da infância e da juventude e a espaço de transmissão de cultura e processos de construção de subjetividades e de identidades. Outra argumentação frequentemente ressaltada é a importância da salvaguarda das fontes de pesquisa para as investigações em história da educação.

Em que pese a legitimidade dessas justificativas, a conservação do patrimônio escolar deveria servir, em primeiro lugar, às próprias escolas e à comunidade escolar para reconhecer o significado sociocultural da instituição, como memória afetiva da experiência escolar, mas, principalmente, como ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente.

O como preservar, questão também delicada, demanda definições articuladas sobre a natureza do patrimônio escolar e as melhores formas de sua proteção. Assim como no patrimônio imaterial não cabe tombamento, a complexidade dos bens que compõem o patrimônio escolar exige instrumentos próprios e adequados à sua proteção. A par do tombamento dos edifícios, cabe discutir se é suficiente catalogar e inventariar e como articular tais instrumentos com formas capazes de assegurar a proteção.

No caso brasileiro, impõe-se adotar procedimentos e protocolos comuns para potencializar os esforços empreendidos, muitas vezes de forma isolada, fragmentada e pontual. O diálogo com a arquivística e com as outras ciências da informação é imprescindível, mas não esgota a necessidade de uma perspectiva integradora que leve em conta a especificidade dos patrimônios escolares.

Nesse cenário bastante complexo, as políticas públicas para o setor são decisivas e devem se pautar pelos consensos obtidos a partir de um debate público ampliado, envolvendo não somente o campo da educação.

A defesa do patrimônio escolar implica considerar a memória da educação no rol dos direitos culturais garantidos pela Constituição brasileira. Isto significa levar em conta os princípios constitucionais culturais, isto é, o pluralismo cultural, a participação popular, a atuação estatal como suporte logístico, o respeito à memória coletiva e a universalidade (COSTA, 2011).¹⁸

¹⁸De acordo com a explicação de Costa (2010), o pluralismo cultural contempla as diversas manifestações culturais e deve contemplar três princípios: o respeito à cidadania, que implica considerar a participação popular decorrente do próprio regime democrático brasileiro; o respeito à memória coletiva, que requer uma atuação do Estado tanto no sentido de promoção da memória como no de isenção do Estado em intervenções arbitrárias ou ideológicas no significado das realizações culturais dos grupos sociais. O princípio da universalidade diz respeito à garantia do acesso à cultura.

Se cabe ao Estado definir diretrizes e normas para proteger, valorizar e difundir o patrimônio escolar, também é discutível a competência para legislar e garantir esses direitos, se do Ministério da Educação e/ou do Ministério da Cultura. Além disso, é preciso ter em vista a colaboração entre os entes federados na gestão pública desse patrimônio, ou seja, os governos estaduais e municipais.

A elaboração e a aplicação de instrumentos legais, ainda que imprescindíveis, não garantirão por si mesmas as práticas de preservação. A consolidação do patrimônio escolar, como outras dimensões do patrimônio, põem em relevo novos saberes, sujeitos, instituições e instrumentos envolvidos com a preservação (FONSECA, 2003).

Políticas públicas efetivas em prol do patrimônio escolar passam pela valorização e apoio às instituições de preservação, como os museus e os centros de documentação e memória vinculados ou não às universidades, com destinação de verbas e pessoal qualificado; pela manutenção de programas de preservação de arquivos escolares nas instituições educativas e pelo auxílio às investigações e divulgação desse patrimônio.

Não resta dúvida de que os historiadores da educação no Brasil têm contribuído muito para solidificar as iniciativas de conservação e investigação do patrimônio escolar. Porém, ainda há muito a fazer. A ausência de ações coordenadas redundava, algumas vezes, em repetição de trabalhos e desperdício de esforços de catalogação e inventário de acervos cuja organização, realizada por pesquisadores, nem sempre é mantida pelas escolas. Outros obstáculos a serem vencidos são as barreiras acadêmicas, institucionais e geográficas que inviabilizam trabalhos coletivos. Tão importante quanto mapear as experiências já realizadas e em curso para o reconhecimento das iniciativas espalhadas pelo País são a organização e o fortalecimento de redes de cooperação e sociedades científicas integradas aos fóruns dos historiadores da educação.

Ao falar desses desdobramentos, é preciso assinalar que o enquadramento da memória educacional como direito de cidadania em um regime democrático, como o brasileiro, requer ampla discussão com a sociedade civil e extensa colaboração das comunidades escolares nas iniciativas de preservação.

III - A escola como lugar de memória?

Em ensaio bastante provocativo, intitulado “Seduzidos pela Memória”, Andreas Huyssen (2000), problematizando a relação do patrimônio histórico com a mídia e a indústria cultural, pôs em destaque a emergência da memória como um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes e uma das maiores preocupações das sociedades ocidentais. Para esse autor, a partir da década de 80 do século XX, o foco do discurso se deslocou dos futuros presentes para os passados presentes. A intensificação do interesse social pela memória teria ocorrido concomitantemente com a explosão do turismo e da comercialização da memória pela indústria cultural.

Na mesma direção, Françoise Choay (2006, p. 28), no livro intitulado “A alegoria do patrimônio”, interroga acerca do culto do patrimônio histórico, buscando recolocá-lo no “centro de uma reflexão sobre o destino das sociedades atuais.”

Os dois autores chamam a atenção para o significado dessa tremenda sensibilidade, quiçá mentalidade, relativamente à memória e ao patrimônio, indagando se o desejo compulsivo pela lembrança e pelo passado não esconderia o medo atroz do esquecimento, em decorrência da perda de referenciais significativos da cultura, provocados pela revolução técnica, pelo advento da era eletrônica e pelo impacto das tecnologias da informação!

Andreas Huyssen (2000) é de opinião de que essa necessidade tão crescente da memória e da musealização busca “construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço” (p. 28).

Para Françoise Choay (2006), o culto atual do patrimônio parece desempenhar o papel de um vasto espelho, no qual contemplaríamos a nossa própria imagem. O patrimônio teria perdido sua função constitutiva e adquirido uma função defensiva, isto é, estaria garantindo a recuperação de uma identidade ameaçada.

A fertilidade desses questionamentos impõe uma reflexão sobre a sensibilidade, o interesse crescente e as preocupações aflitivas em torno da memória da educação e da preservação dos patrimônios escolares. Como bem nos lembram Dubet e Martuccelli

(1996), a universalização da escola básica na segunda metade do século XX mudou não somente os mecanismos internos de distribuição escolar e as relações da escola com o meio, na medida em que provocou a desvalorização dos diplomas e atenuou o peso das instituições escolares como fator de mobilidade social, mas também transformou a representação da escola na sociedade. Nessa nova configuração de sentidos, é fundamental perscrutar as finalidades subjacentes às ações de salvaguarda da cultura material e imaterial escolar. Nos atos de reunir, organizar, higienizar, inventariar e pesquisar o patrimônio no campo da educação, deve haver mais que resistência ao esquecimento e reverência pela escola do passado, mas, fundamentalmente, a perspectiva da construção do futuro presente das escolas em nossa sociedade.

Referências

- ABREU, R. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 30-45.
- ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. OS EXAMES de Admissão ao Ginásio. Coordenação de Wagner Rodrigues Valente. (3 DVD). São Paulo, 2001.
- ARAÚJO, M. M.; GURGEL, D. F. (Org.) *Legislação educacional da Província do Rio Grande do Norte (1835–1889)*. Brasília: INEP, SBHE, Ministério da Educação, 2004. (Coleção Documentação da Educação Brasileira).
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/FEDERAL/2_DECRETO_25%20_37/Decreto_n_25_30_11_1937.pdf. Acesso em: 12 jun. 2012.
- _____. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 12 jun. 2012.
- CASTRO, C. A. (Org.). *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*. 1. ed. São Luís: EDUFMA/Café e Lápis, 2011. v. 1. 153 p.

CASTRO, R. X. S.; SILVA, V. L. G. *Cultura Material da Escola: entram em cena as carteiras*. In: *Educar em Revista (Impresso)*, v. 39, 2011. p. 207-224.

CHAGAS, M. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 95 – 108.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 4. ed. 2006.

COSTA, R. V. *A dimensão constitucional do patrimônio cultural*. O tombamento e o registro sob a ótica dos direitos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DUBET, F.; MATUCCELLI, D. *A l'école: sociologie de l'expérience scolaire*. Paris: Seuil, 1996.

FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação*. Campinas – SP: Autores Associados, 2000. (Coleção memória da educação).

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 56 - 76.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 21 - 29.

GUSMÃO, E. M. Arquivos escolares, memória e cultura. *Patrimônio e Memória*. v. 1, n. 1, Assis, 2005. p. 64-73,

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano Editorial Museu de Arte Moderna, 2000.

MELONI, R. A. *Saberes em ciências naturais: o ensino de Física e Química no Colégio Culto à Ciência (1873-1910)*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - Campinas.

_____. A organização da disciplina de Physica-Chimica na escola secundária no Brasil: o caso do Colégio Culto à Ciência de Campinas. In: *Química Nova na Escola (Impresso)*, v. 34, 2012. p. 35-40.

MENEZES, M. C. (Org.). *Inventário Histórico Documental - Escola Normal de Campinas (1903-1976) - De Escola Complementar a Instituto de Educação*. Campinas/SP: FE/UNICAMP/FAEPEX, 2009. 300 p.

_____. Descrever os documentos - construir o inventário - preservar a cultura material escolar. Dossiê: Arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário e de museologia. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, p. 93-116, 2011.

_____. A escola e a sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade da interlocução. *Pro-Posições* (Unicamp), Campinas, v. 16, p. 13-18, 2005.

MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Org.). *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854-1889*. Brasília: INEP, SBHE, Ministério da Educação, 2004. (Coleção Documentação da Educação Brasileira).

MORAES, C. S. V.; ALVES, J. F. (Org.). *Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, s/d.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. In: *Patrimônio e memória*, Assis, CEDAP, v. 2, n. 2, 2006. p. 61-84.

PINHEIRO, A. C.; CURY, C. E. (Org.). *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período Imperial*. Brasília: INEP, SBHE, Ministério da Educação, 2004. (Coleção Documentação da Educação Brasileira).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

PROPOSTA INICIAL de grandes linhas de discussão para a IV CNCTI sobre patrimônio histórico educativo. 2009. (mimeog.).

RAZZINI, M. P. G. Acervos e pesquisas em História da Educação: das vitrines do progresso aos desafios da conservação digital. In: *História da Educação*, ASPHE, Pelotas, v. 12, n. 25, mai./ago. 2008. p. 131- 151. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

RODRIGUES, F. L. L. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvérias à Constituição federal de 1988. In: MARTINS, C. (Org.). *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006. p. 1-15.

SAAVEDRA, V. P.; MENEZES, M. C.. Lugares de Memória, espaços de saberes e vestígios da cultura escolar: estratégias propedêuticas em prol da história da educação. Dossiê: Arquivos, objetos e memórias educativas: práticas de inventário e de museologia. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, 2011. p. 11-18.

SÁNCHEZ, J. R. B. et al. Los instrumentos científicos de los centros de enseñanza secundaria en España: historia, estado actual y futuro del patrimonio científico educativo, 2010. In: GRANATO, M.; LOURENÇO, M. (Org.). *Coleções científicas Luso-brasileiras: patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010. p. 15–46.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 30-45.

SÃO PAULO. Resolução SC – 60, de 21 de julho de 2010. Dispõe sobre o tombamento de um conjunto de escolas construídas pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1890 a 1930. Diário Oficial, Executivo I, 11/11/2010, p. 112. Disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2010/executivo%2520secao%2520i/novembro/11/pag_0112_6EPK83R5NGAV9eD41NRR93LFP69.pdf&pagina=112&data=11/11/2010&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100112 Acesso em: 10 jun. 2012.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; FELGUEIRAS, M. M. L. DOSSIÊ: Arquivos, Objetos e Memórias Educativas: práticas de inventário e de museologia. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 25, p. 11-142, 2011.

_____.; PETRY, Marília G. A Aventura de Inventariar: Uma experiência no Museu da Escola Catarinense. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 25, 2011. p. 19-41.

_____; _____. *Objetos da escola. Espaços e lugares de construção de uma cultura material escolar* (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Editora Insular, 2012.

SILVA, Zélia Lopes. Os acervos históricos: guardar para que e para quem? In: *Patrimônio e memória*. Assis, CEDAP, v. 2, n.2, 2006. p. 20–31.

SOARES, Inês Virginia P. *Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

SOMOZA, M.; YANES, C. La (re)construcción de los procesos educativos en la museología escolar. Reflexiones en torno a sus relaciones. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____; _____. XV Coloquio de Historia de la Educación, Pamplona-Iruñea, 29, 30 de junio y 1 de julio de 2009. / (Coord.). ALBÉNIZ, María Reyes Berruezo; LÓPEZ, Susana Conejero. , v. 2, 2009, ISBN 978-84-9769-245-8 , págs. 647-660. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2964248>. Acesso em: 25 jun. 2012.

SOUZA, G. Cultura Escolar Material na História da Instrução Pública Primária no Paraná: anotações de uma trajetória de pesquisa. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 14, 2007. p. 37-68.

_____. Espaço e Mobília Escolar na Instrução Pública Paranaense no Limiar do Século XX. *Intermeio (UFMS)*, Campo Grande, v. 12, n. 23, 2006. p. 71-78.

SOUZA, R. F. Uma contribuição para a história da cultura material escolar. In: ALMEIDA, Jane S. (Org.). *Profissão Docente e Cultura Escolar*. São Paulo: Intersubjetiva, 2004.

_____; FISCARELI, R. B. de O. Símbolos da excelência escolar: história e memória da escola pública inscrita em troféus. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 14, 2007. p. 53-72.

_____. História da Cultura Material Escolar: balanço provisório. In: BENCOSTTA, Marcus Albino Levy (Org.). *Culturas Escolares; saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 117-132.

_____. *Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889 – 1930)*. Araraquara, 2011.

TAMBARA, E.; ARRAIADA, E. *Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Brasília: INEP, SBHE, Ministério da Educação, 2004. (Coleção Documentação da Educação Brasileira).

VIDAL, D.; Zaia, I. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, C. S. V.; ALVES, J. F. (Org.). *Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, s/d, p. 33-46.

_____; GASPAR, V. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. In: Cesar Augusto de Castro. (Org.). *Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*. São Luis - MA: Café & Lápis, 2011, v. 1, p. 19-42.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. In: *Patrimônio e Memória*, CEDAP, v. 5, n. 1, Assis - SP, out. 2009, p. 145-160. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145/145>. Acesso em: 28 mai. 2012.

ZAIA, I. B. *Escrituração escolar: produção, organização e movimentação de papéis nas escolas públicas paulistas*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo - São Paulo.

ZANCUL, M. C. S. Os instrumentos antigos do laboratório de Física da Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara. In: GRANATO, M.; LOURENÇO, M. (Org.). *Coleções científicas Luso-brasileiras: patrimônio a ser descoberto*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010. p. 15–46.

Recebido em: 31/01/2013
Aprovado em: 11/04/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Revista Linhas
Volume 14 - Número 26 - Ano 2013
revistalinhas@gmail.com